

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2012 representa um período em que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) começa efetivamente a usufruir da infraestrutura e das capacidades possibilitadas pelo ciclo de investimentos em sua modernização, iniciado em 2008 pela decisão do Governo do Estado de tratar o desenvolvimento tecnológico como área estratégica. Com os R\$ 10 milhões aplicados no Instituto naquele ano, esse valor chega a R\$ 167,6 milhões em cinco anos, um investimento recorde para o IPT, que em 2013 completa 114 anos de sua fundação.

Emblema do processo de modernização, o novo Núcleo de Bionanomanufatura do IPT foi inaugurado em agosto. Com investimento de R\$ 46 milhões, o centro é destinado ao estudo de biotecnologia (desenvolvimento com organismos vivos), tecnologia de partículas (microencapsulação de componentes químicos e terapia medicinal, como em cosméticos), micromanufatura e metrologia de ultraprecisão.

Além disso, o Núcleo inaugura um novo modelo de financiamento da inovação, associado à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii): a estrutura tripartite alavanca recursos de empresas com aporte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e contrapartida econômica do próprio Instituto, em projetos focados na inovação.

Em 2012, segundo as demonstrações financeiras apresentadas, o valor

total de recursos do Instituto foi de R\$ 147,20 milhões, sendo R\$ 81,60 milhões como receita de produtos e serviços e de agências de fomento e R\$ 65,60 milhões como subvenção econômica do Governo do Estado de São Paulo. Quanto à origem dos recursos, 56% foram provenientes da atuação com o setor privado e agências de fomento e 44% vieram do setor público, mantendo um padrão iniciado em 2011. Os recursos privados, oriundos de 3,5 mil empresas, estão associados à venda de serviços de metrologia e pesquisa e desenvolvimento, enquanto os recursos do setor público estão predominantemente associados a assessoria técnica.

A gestão estratégica do IPT, voltada à inovação, resultou no crescimento constante de pedidos de patentes desde 2009, chegando a oito pedidos em 2012. Para 2013, a meta é o registro de 13 patentes, projetando a crescente importância desse indicador para proteger a autoria das inovações e invenções consolidadas pelo trabalho dos pesquisadores do Instituto.

Dos oito pedidos de patente depositados em 2012, três estão relacionados às áreas do novo Núcleo de Bionanomanufatura, envolvendo a obtenção de ativos nanoestruturados produzidos por sistemas microfluídicos; nanofibras contendo substância ativa com liberação controlada para aplicação odontológica; e também nanofibras com substância ativa para

aplicação cosmética de liberação controlada obtidas por eletrofiliação. Destaque entre as patentes é também a sonda criada para detectar corrosão em dutos provocada pela interferência de corrente alternada dispersa no solo, proveniente de linhas de transmissão. Essa sonda levou cinco anos para ser desenvolvida com projeto financiado pela Petrobras e, antes dela, só havia sondas destinadas a essa mesma finalidade, porém, para corrosão provocada por corrente contínua. O interesse pela nova sonda é mundial e o IPT vem recebendo consultas de potenciais clientes internacionais que, como aqui no Brasil, precisam monitorar seus dutos, como medida de prevenção contra acidentes decorrentes de perfurações causadas pela corrosão.

O principal indicador de inovação é a receita com projetos de P&D. Em 2012, ele foi de R\$ 16,9 milhões, ultrapassando a meta proposta pela diretoria executiva, que era de R\$ 16 milhões. Em 2011, essa receita havia sido de R\$ 14,3 milhões, logo, o aumento em 2012 foi de 18,2%, e a tendência de crescimento deve continuar em 2013, já que a meta de receita de P&D proposta é de R\$ 21,1 milhões.

A Diretoria
Março de 2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	N.E.	2012	2011	PASSIVO	N.E.	2012	2011
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.122	22.274	Fornecedores		5.751	4.398
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	32.744	26.178	Salários a pagar e encargos a recolher		4.485	4.137
Contas a receber	5	8.591	7.457	Impostos e contribuições a recolher	9	2.481	2.199
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.330	1.502	Imposto de renda e contribuição social	10	-	2.188
Impostos antecipados e a recuperar	6	4.631	5.718	Adiantamento de clientes	11	10.155	7.484
Estoques		315	342	Obrigações a pagar - férias e encargos		8.898	7.641
Serviços em andamento		344	794	Parcelamentos fiscais		5.576	5.151
Despesas pagas antecipadamente		36	17	Subvenções governamentais-			
Depósitos compulsórios		27	167	Agências de fomento	12	34.610	26.210
Outros valores a receber		395	61	Outras obrigações		183	310
Total do Ativo Circulante		65.535	64.510	Total do Passivo Circulante		72.139	59.718
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		341	836	Parcelamentos fiscais	13	24.022	27.284
Imobilizado	7	199.850	174.565	Outras exigibilidades		5.561	1.989
Intangível	8	1.038	818	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	9.007	10.897
Total do Ativo não Circulante		201.229	176.219	Total do Passivo não Circulante		38.590	40.170
TOTAL DO ATIVO		266.764	240.729	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em Milhares de Reais)

	2012	2011
Receita de serviços e produtos	74.382	84.596
Subvenção econômica	62.798	61.856
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	137.180	146.452
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(10.287)	(11.747)
Devoluções e abatimentos	(116)	(166)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	126.777	134.539
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(97.850)	(91.267)
LUCRO BRUTO	28.927	43.272
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(25.459)	(23.848)
Honorários conselho de administração e fiscal	(862)	(573)
Serviços de terceiros	(7.195)	(8.223)
Depreciações e amortizações	(1.374)	(1.196)
Provisões diversas	(3.255)	(5.120)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas	534	9.554
	(37.611)	(29.406)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(8.684)	13.866
Receitas financeiras	2.053	4.951
Despesas financeiras	(2.668)	(5.736)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.299)	13.081
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.189)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.299)	10.892

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Legal	Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	170.166	9.382	75	27	43.785	(116.700)	106.735
Aumento de capital	43.785	-	-	-	(43.785)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	23.214	-	23.214
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	10.892	10.892
Baixa de Apropriação para reserva legal	-	-	(75)	-	-	75	-
Apropriação para incentivo fiscal	-	-	-	237	-	(237)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	213.951	9.382	-	264	23.214	(105.970)	140.841
Aumento de capital	23.214	-	-	-	(23.214)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	24.493	-	24.493
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(9.299)	(9.299)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	237.165	9.382	-	264	24.493	(115.269)	156.035

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em Milhares de Reais)

	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.299)	13.080
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	8.531	7.849
Ajuste de exercícios anteriores	(67)	(91)
Constituição de provisão para perdas com imobilizado	395	530
Valor residual do imobilizado baixado	1.050	13
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras vinculadas	(6.566)	(2.437)
Contas a receber	(1.134)	372
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	172	377
Impostos antecipados e a recuperar	1.087	(1.065)
Estoques	27	(4)
Serviços em andamento	450	(307)
Despesas pagas antecipadamente	(19)	6
Depósitos compulsórios	140	10
Outros valores a receber	(334)	23
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.353	(7.143)
Salários a pagar e encargos a recolher	348	(63)
Impostos e contribuições a recolher	282	(481)
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	(2.189)	-
Adiantamento de clientes	2.671	2.932
Obrigações a pagar - férias e encargos	1.257	86
Parcelamentos fiscais	425	44
Subvenções governamentais - agências de fomento	8.400	1.457
Outras obrigações	(127)	(23)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	6.853	15.565
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução do realizável a longo prazo	495	13
Aquisição de bens do imobilizado	(27.747)	(18.497)
Doações recebidas em bens	(7.340)	(3.085)
Adição de intangível	(418)	(685)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(35.010)	(22.254)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Parcelamentos	(3.170)	(9.443)
Outras exigibilidades	3.572	1.733
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.890)	1.152
Dotação para aumento de capital	24.493	23.214
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	23.005	16.656
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.152)	9.967
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	22.274	12.307
No final do exercício	17.122	22.274
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.152)	9.967

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e há mais de cem anos vem colaborando para o processo de desenvolvimento do País.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do IPT e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações financeiras - Créditos vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento". **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Durante os exercícios de 2011 e 2012, o Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outros).

2.6. Contas a receber

As contas a receber correspondem a transações realizadas com clientes nacionais e no exterior, registradas pelo valor faturado, diminuída, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em Milhares de Reais - R\$)

Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base as taxas usuais demonstradas na nota nº 7, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível

Está representado por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.13. Parcelamentos fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

2.15. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	91	89
Bancos conta movimento	536	211
Aplicações financeiras	16.495	21.974
	<u>17.122</u>	<u>22.274</u>
	2012	2011
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	2.290	654
Fundos de investimento em renda fixa	14.205	21.320
	<u>16.495</u>	<u>21.974</u>

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 9% ao ano.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2012	2011
Contas correntes vinculadas	4	9
Aplicações financeiras vinculadas	32.740	26.169
	<u>32.744</u>	<u>26.178</u>

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço. Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$1.554 em 2012 (R\$1.426 em 2011) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2012	2011
Contas a receber	8.833	7.604
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(242)	(147)
	<u>8.591</u>	<u>7.457</u>

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2012	2011
A vencer	6.075	4.616
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	545	717
De 31 a 60 dias	131	122
De 61 a 90 dias	34	192
De 91 a 180 dias	315	651
Há mais de 180 dias	1.733	1.306
	<u>2.758</u>	<u>2.988</u>
	<u>8.833</u>	<u>7.604</u>

Apesar do montante de vencidos há mais de 90 dias somarem R\$ 2.048, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 242 porque o critério para sua constituição, é somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2012	2011
COFINS a Compensar	301	574
PASEP a Compensar	46	138
Contribuição Social a Compensar	1.145	1.278
Imposto de Renda a Compensar	448	1.197
IRRF sobre Aplicações Financeiras	-	106
IRRF a Compensar	2.481	2.228
INSS a Compensar	210	197
	<u>4.631</u>	<u>5.718</u>

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Acréscimos/Transfe-rências	Compen-sações	Saldo em 31/12/2012
COFINS a Compensar	574	1.210	(1.483)	301
PASEP a Compensar	138	262	(354)	46
Contribuição Social a Compensar	1.278	140	(273)	1.145
Imposto de Renda a Compensar	2.153	240	(610)	1.783
IRRF sobre Aplicações Financeiras	106	(106)	-	-
IRRF a Compensar	1.272	280	(406)	1.146
INSS a Compensar	197	13	-	210
	<u>5.718</u>	<u>2.039</u>	<u>(3.126)</u>	<u>4.631</u>

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depre-ciação	Custo	Depre-ciação	2012		2011	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283		
Edifícios e Benfeitorias	4%	91.906	(25.478)	66.428	32.591		
Máq. e Equipamentos	10%	101.644	(57.714)	43.930	39.686		
Instalações	10%	14.922	(6.937)	7.985	1.872		
Equipamentos de T.I.	20%	13.417	(10.511)	2.906	2.727		
Instrumentos Diversos	10%	946	(927)	19	20		
Veículos	20%	2.486	(1.733)	753	353		
Móveis e Utensílios	10%	5.071	(2.539)	2.532	1.232		
Outras imobilizações		8.882	(1.101)	7.781	(75)		
Imob. em Andamento		31.302	-	31.302	59.550		
		<u>307.859</u>	<u>(106.940)</u>	<u>200.919</u>	<u>175.239</u>		
Redução ao Valor Recuperável		(1.069)	-	(1.069)	(674)		
Total do Imobilizado		<u>306.790</u>	<u>(106.940)</u>	<u>199.850</u>	<u>174.565</u>		

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Descrição	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe-rências		31/12/2012
				31/12/2011	31/12/2012	
Terrenos	37.283	-	-	-	-	37.283
Edifícios	56.930	-	-	34.976	-	91.906
Máquinas e equipamentos	92.206	174	(110)	9.374	-	101.644
Instalações	8.502	10	(14)	6.424	-	14.922
Equipamentos de T.I.	12.584	526	(242)	549	-	13.417
Instrumentos diversos	942	2	-	2	-	946
Veículos	1.908	37	-	541	-	2.486
Móveis e utensílios	3.627	12	(24)	1.456	-	5.071
Outras imobilizações	692	-	-	8.190	-	8.882
Imob. em andamento	59.550	34.601	(1.040)	(61.809)	-	31.302
Transferências para Intangível	-	-	-	297	-	-
Total	<u>274.224</u>	<u>35.362</u>	<u>(1.430)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307.859</u>

O valor de Imobilizações em Andamento no exercício de 2012 refere-se a máquinas e equipamentos que estão sendo importados como parte do programa de revitalização do IPT, que contou com aporte financeiro de R\$ 24.493 por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

8. INTANGÍVEL

É composto como segue:

	Taxa Anual de Amorti-zação	Custo	Amorti-zação	2012	2011
			Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	406	281	125	77
Licença de uso de softwares	20%	1.250	337	913	741
		<u>1.656</u>	<u>618</u>	<u>1.038</u>	<u>818</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2012	2011
ISS	456	422
PASEP e COFINS	486	383
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.318	1.223
COFINS - Retenção	126	88
PASEP - Retenção	27	19
Outras	68	64
	<u>2.481</u>	<u>2.199</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2012	2011
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(9.299)	13.080
Adições/Exclusões	-	1.176
Exclusão do resultado do Parcelamento - Lei 11.941/2009	-	(4.960)
Lucro real antes das compensações	-	9.296
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	(2.789)
Base de Cálculo do IR e da CSLL	-	6.507
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	2.188

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$ 66.766 e R\$ 44.642 respectivamente R\$ 59.345 e R\$ 37.221 em 2011. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2012	2011
Petrobrás	5.240	5.245
Embrapii - CNI	3.109	-
Plantarium Com Prod Alim Cosm Farm Manif	195	189
TCE Ind da Amazonia	153	153
Outros	1.458	1.897
	<u>10.155</u>	<u>7.484</u>

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2012	2011
BNDES	26.668	21.873
FINEP	6.800	3.188
FEHIDRO	395	409
CNPQ	126	126
Outros	621	614
	<u>34.610</u>	<u>26.210</u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	INSS Refis (a)	ISS	IPU	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	4.228	18.534	4.522	27.284
Saldo em 31/12/2012	2.925	17.180	3.917	24.022

(a) em Junho de 2011, o IPT consolidou os débitos existentes no Programa de Parcelamento da Receita Federal, estabelecido através da Lei nº 11.941/2009(Refis da Crise).

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante vários tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2012	2011
Tributários	4.124	4.124
Trabalhistas (a)	4.617	4.633
Cíveis (a)	266	2.140
	<u>9.007</u>	<u>10.897</u>

(a) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 23.716.426,567 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) **Reservas de capital:** Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) **Recurso para aumento de capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2013, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 62.770, sendo R\$ 52.770 para Custeio e R\$ 10.000 para Investimentos, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 14.925 de 28 de Dezembro de 2012.

17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 11 de Agosto de 2013, de valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

18. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O IPT observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC'S - Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

• Testamos a recuperabilidade dos bens tangíveis do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01, procedendo os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma.

CPC 03 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

• Desde a vigência da Lei 11.638/07 o IPT tem adotado essa demonstração.

CPC 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

• O prazo médio das rubricas contas a receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente.

CPC 16 - ESTOQUES

• Os estoques são registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, que compreendem o Balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 07 de fevereiro de 2012, sem modificação na opinião.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013
TGB - Auditores e Consultores S/S

2RS003622/O-0 - "S" - SP

Antoninho da Costa Souza

Contador 1CRC/RS - 30.935/O-5 - "S" - SP
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, representado pelos seus membros, inscritos abaixo, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, compreendendo: o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes

mensais e ainda, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 15 de Fevereiro de 2012. Os Conselheiros Fiscais são de opinião que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à deliberação e aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2013

Carlos Eduardo Esposel
Conselheiro

Isamu Otake
Conselheiro

Firmino Luiz Pereira da Mota **Luiz Carlos Kal lamondi Machado**
Conselheiro Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ CARLOS QUADRELLI
Presidente

MEMBROS

CARLOS HENRIQUE FLORY
JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
SÉRGIO TIEZZI JUNIOR
FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF

PEDRO RUBEZ JEHÁ
VAHAN AGOPYAN
GERALDO BIASOTO JUNIOR
ROS MARI ZENHA

DIRETORIA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro e Administrativo
CARLOS DAHER PADOVEZI
Diretor de Operações e Negócios

ZEHBOUR PANOSSIAN
Diretora de Inovação
WALTER FURLAN
Diretor de Pessoas, Sistemas e Suprimentos

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador
CRC 1SP154222/O-1

JOÃO OSWALDO NATALE
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CT-CRC 1SP177996/O-4



INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS

